



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL:
REFLEXOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

IGOR JEFFERSON ALVES FEITOZA

ORIENTADOR(A): VIVIANE NEVES LEGNANI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

IGOR JEFFERSON ALVES FEITOZA

**AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL:
REFLEXOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Viviane Neves Legnani

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

IGOR JEFFERSON ALVES FEITOZA

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL: REFLEXOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

VIVIANE NEVES LEGNANI

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

IGOR JEFFERSON ALVES FEITOZA

NOME DO ALUNO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico,
A todos aqueles que acreditaram que
a ousadia e o erro são caminhos
inevitáveis para a construção de
novas aprendizagens.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força enviada nos momentos difíceis...

Aos nossos familiares pela ajuda e compreensão onde os momentos de cansaço e decepção infelizmente me afastou por alguns instantes do convívio de todos...

A Viviane que muito do seu foi dispensado para que a pedra do aprendizado fosse polida no intelecto...

Aos amigos que acreditaram e muitas vezes contribuíram para que este sonho se tornasse realidade...

E aos inimigos que de certa forma nos encorajou a lutar e viver este momento.

RESUMO

A trajetória da educação no Brasil desperta diversos questionamentos, principalmente no tocante ao como fazer valer a verdadeira educação que deve ser oferecida a todos e com extrema competência. Pensando nisso, esse trabalho busca analisar as diversas políticas educacionais no campo da inclusão, tentando buscar as verdadeiras realidades das políticas educacionais inclusivas e de como essas realidades são enfrentadas e efetivadas no dia a dia das escolas, assim sendo, buscou-se uma análise bibliográfica e pesquisa *in locus* no município de Pitangueiras, e percebeu-se que a teoria não condiz com a realidade prática.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar, Escolas para PNEE, Leis de Inclusão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA HISTÓRIA	11
1.1.Os primórdios da Política.....	11
1.2. A História das Políticas Educacionais no Mundo Ocidental.....	12
1.3. Políticas públicas.....	14
1.4. Políticas Públicas: Educação.....	15
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS INCLUSIVAS	18
2.1. Educação e Educação Inclusiva na História.....	18
2.2. A inclusão no Brasil.....	20
2.2.1. As leis inclusivas brasileiras.....	22
2.3. Os Alunos Com Necessidades Educativas Especiais.....	24
CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PITANGUEIRAS.....	27
3.1. O caso APAE Pitangueiras.....	27
3.2. As escolas de Pitangueiras e os casos de Inclusão.....	28
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

As políticas são as normas, leis e resoluções que regem o funcionamento da sociedade, a maneira como aplicadas é que vão dar a tônica de como se deve conduzir o espaço social, ou seja, o que vai ser aplicado em termos de investimento e como será a execução na saúde, na educação e na segurança são determinados pelas políticas públicas. Políticas básicas necessárias ao povo de qualquer nação.

As políticas públicas educacionais interferem diretamente na condução das escolas determinando como será o ingresso, a recepção e as atividades dos alunos.

Neste trabalho, no primeiro capítulo fez-se uma análise do homem como um ser essencialmente político, desde a sua origem como seres que se organizaram socialmente e politicamente. Isto é, a política já envolvia o homem em vários aspectos de sua vida, desde sua segurança, ou seja, quem protegia a tribo, o clã ou a cidade, até mesmo sobre a forma de como educar as crianças que nasciam naquelas sociedades para que elas pudessem receber e transmitir a cultura que estavam inseridas.

Assim, fez-se uma análise da história das políticas educacionais no mundo ocidental. Percebeu-se que esta influenciará a formação política de toda a sociedade brasileira. As políticas públicas são um item que merecem destaque nesse capítulo, uma vez que se definindo essas políticas começa-se a perceber que a mesma envolve as diretrizes educacionais e impactam a educação no cotidiano das escolas.

No segundo capítulo analisou-se as políticas públicas educacionais inclusivas, isto é, como vem se pensando para que a criança que necessite de educação especial receba essa educação com qualidade, para isso o trajeto traçado em todo o trabalho inicia-se com uma análise dos sujeitos com necessidades especiais na história até os dias de hoje. Primeiramente em nível mundial e, posteriormente, em nível de Brasil. Quando se inicia a análise dessas políticas no Brasil listamos quais são as diversas leis de inclusão existente no país, analisando subsequentemente quais as instituições que cuidam para que os Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) tenha uma qualidade de vida.

Por fim, no terceiro capítulo afunila-se a análise da educação especial pensando-a em nível de cidade, ou seja, pretende-se a analisar as políticas inclusivas da cidade Pitangueiras-SP, focalizando o funcionamento de algumas escolas e pelo órgão que também na referida cidade proporciona uma educação de qualidade que é a APAE.

Em síntese este trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica e a pesquisa de campo com observações de algumas escolas públicas do município e da APAE que recebem casos de alunos com necessidades educativas especiais.

1 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA HISTÓRIA

1.1. Os primórdios da Política

A política é inerente ao homem desde sua origem, no momento em que ele passou a viver em sociedade precisou se socializar de maneira a ser ouvido pelos demais. Era necessário dar sua opinião e que esta fosse aceita pelo grupo. Quando o homem percebeu que essa atitude o levaria a uma melhor socialização, declarou-se e se tornou um ser político.

Aristóteles assinalava que a natureza humana é, pois, necessariamente, uma natureza social e política, com uma dimensão irrecusavelmente jurídica. Assim desde os filósofos antigos a política foi pensada e estudada, de maneira a tentar usá-la como benefício ou mesmo para dominar grandes nações. Foi apontada, então, até mesmo como o malefício do homem, pois, em muitos casos, justificava a dominação de uns homens sobre os outros.

Aristóteles foi um filósofo grego, cujas ideias perpassam o tempo e chegam até a contemporaneidade. Discípulo de Platão acabou sendo influenciado pelas ideias do mestre, mas rompeu com ele e produziu seu próprio sistema filosófico. Suas ideias sobre a ética, a lógica, a metafísica, a meteorologia, a física, a economia e a psicologia influenciam o pensamento ocidental até hoje. Mais ligado ao mundo prático do que Platão acabou valorizando mais as investigações científicas do que seu mestre que refletia sobre o mundo das ideias, logo a forma mais eficaz para Aristóteles para construir o conhecimento era a partir da empiria, ou seja, dos sentidos.

Para Aristóteles o homem é um ser essencialmente social que deve fazer uso da política para que seja totalmente assistido, para que não lhe falte nada e para que tenha uma vida social boa e plena. Assim sendo, alcançaria a felicidade. Já Platão postulava que a sociedade deveria ser governada por filósofos.

Na cidade utópica, todos os habitantes adentrariam o ambiente terreno com a mesma estrutura psicológica – a estrutura da alma -, mas nem todos, no decorrer do processo educacional institucional, mostrariam igual desenvolvimento. O compartilhamento de certas características revelaria o

caráter e as possibilidades de cada indivíduo. (GHIRALDELLI JR., data, pág. 65)

Assim, até hoje as ideias de Platão e Aristóteles sobre política influenciam as sociedades.

1.2. A História das Políticas Educacionais no Mundo Ocidental

Por meio da história, percebe-se que o lugar da criança, mesmo com muitas diferenças de ênfases ou destaques, foi o de integrante da cultura, dos costumes que envolvem a sociedade da qual faz parte.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a educação infantil, antes do surgimento da escrita era obrigação de toda a família, não podendo faltar o essencial à criança, que era se tornar conhecedora de todos os sistemas que compunham a tradição grega. A criança deveria se tornar conhecedora da cultura através da participação de festivais, banquetes e reuniões, enfim, através de atividades coletivas. Com o surgimento das escolas, o conhecimento tornou-se elitizado, de maneira que os primeiros a frequentá-las foram os filhos dos comerciantes enriquecidos ou da nobreza. Uma característica da escola era seu caráter esportivo, pois nesse período era mais comum a prática de esporte do que ensino das letras.

No período do Império Romano a educação estava vinculada à aprendizagem a partir dos exércitos, pois se tinha a intenção de formar eficientes guardas para a cavalaria e outras frentes de combate, uma vez que se queria salvaguardar os territórios conquistados. Além de, claramente, Roma pretender formar cidadãos romanos para se diferenciar dos bárbaros. Uma das maneiras de realizar essa distinção foi através da propagação do latim, que aprenderiam em família e nas escolas. “Roma, nos períodos republicano e imperial, quer formar determinados tipos humanos, o cidadão ou o funcionário público...” (Nunes, 2006, pág. 88).

No período medieval a Igreja foi a grande responsável pelo modelo educacional. No geral, o analfabetismo era grande, a maioria da população não sabia ler ou escrever, legando a responsabilidade aos clérigos, mesmo dentre eles nem todos tinham o ofício da leitura e da escrita. Evidentemente, que dentre os leigos que fossem a aprender a arte da escrita e da leitura somente os nobres, ricos comerciantes que recebiam o aval da Igreja para poderem estudar em seus colégios dominados pelo pensamento religioso. A gramática e a retórica seriam então o

modelo de ensino a ser seguido. O simples título da obra já impunha ou propunha um ideal e um programa às escolas da Idade Média incipiente, a saber, o culto da gramática e da retórica. (Nunes, 2006, pág. 88).

Ao contrário do que aconteceu no período o Império Romano, no qual a educação tinha-se a pretensão de educar para formar o cidadão romano, agora pensava em educar com a intenção última de se fazer o perfeito cristão que desejasse a buscar as coisas espirituais e não terrenas. Há o surgimento das grandes e principais universidades da Europa nesse período, as quais não eram abertas a todos na sociedade e muito menos visavam atender os interesses dos projetos científicos que por ventura surgissem.

A maioria dos cursos que surgiram foram ligados à religião e ao estudo do homem, mesmo que se fizessem projetos científicos estes visavam comprovar algo já apresentado nos textos sagrados. Mesmo assim houve resistências a esse controle e muito conhecimento científico surge nesse período

No período Renascentista começa-se a formular uma maneira diferente de escola e da maneira de educar, a ponto de se perceber que se busca formar o homem com intenções liberais e humanas, ou seja, a ascensão da burguesia apresenta uma nova forma para se construir o conhecimento humano. Esse tipo de construção se inicia nessa época e vai se fazendo presente em toda a história do período moderno e, principalmente, no período contemporâneo.

Na idade moderna, então, há o início das políticas liberais. Aqui se percebem políticas educacionais que visam o crescimento intelectual das pessoas ligadas à nobreza e ao clero, porém aos poucos os que fazem parte da burguesia vão adentrando ao mundo da igreja e da nobreza e vão se firmando como os grandes sucessores do poder.

Marcado pela Revolução Francesa a partir de 1789, percebe-se uma reviravolta na condução da política emergindo uma nova classe que irá cuidar do sistema educacional. É a partir desse período em que as escolas passam a ter grande destaque, pois até então, as grandes universidades, em sua maioria católica, dominavam o cenário educacional.

Devido ao sistema republicano que vários países acabaram adotando, surgiu-se a necessidade de se criar políticas públicas para acolher e oferecer a todos uma sociedade em que se possa viver com qualidade, assim fez-se

necessárias políticas em âmbito da saúde, da educação, da segurança, dentre outras.

1.3. Políticas públicas

Esse tema tem se destacado nas mídias, nas conversas informais e pesquisas acadêmicas e torna-se ainda mais evidente quando surgem políticas de cortes econômicos que retiram ou impedem avanços nas políticas e nas suas aplicações. Historicamente podemos ver essa questão:

O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizado, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. (Souza, 2006, págs. 20-21).

Percebe-se que todos os motivos que levam uma análise das políticas públicas, esbarram na questão de que a maior deficiência e problemas que apresentam estão incorporados nos países em desenvolvimento, revelando que há mais problemas sociais nesses do que nos demais países do globo.

Essas políticas, nos países com baixo Índice Desenvolvimento Humano tem sido desafiadoras, levando a alguns países declararem guerra civil em seu interior, verdadeiras guerrilhas que acabam fazendo sofrer a grande maioria da população. Políticas que deveriam contemplar e suprir o baixo rendimento econômico, porém o que se percebe é justamente o contrário. A má execução dessas políticas acaba por intensificar o processo de dependência dos que têm rendimentos econômicos precários.

Quando surge o estudo da área de políticas públicas nos EUA, surge como necessidade de se estudar uma área que busca o bem-estar social. Na Europa

quando surge a ideia de se fazer políticas que abrange a todos aparece com um intuito diferenciado da maneira que surge o estudo do tema nos EUA, a saber:

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 1)

Assim, enquanto na Europa a preocupação era a maneira como o Estado está se portando diante da necessidade de conduzir o bem-estar na vida das pessoas que estão sobre seu regime, nos EUA, diferentemente, tem uma intenção totalmente acadêmica analisando somente as ações governamentais.

As políticas públicas para serem eficientes dependem do grau de sustentabilidade, da economia e etc., de uma dada sociedade, assim sendo, é complexo analisar todas essas fatores. Antes se analisava somente a questão econômica acreditando que a economia bastaria para dizer se as políticas públicas eram eficientes, porém se percebia que não se conseguiria comprovar esta eficiência apenas pelo viés econômico, sendo que muitas vezes o país possuía um PIB (Produto Interno Bruto), muito elevado e uma população que não recebia serviços públicos de qualidade.

Assim foi-se criado outro índice que tem o intuito de ser mais completo na análise da aplicabilidade das políticas públicas que é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), esse índice leva em consideração três fatores de uma sociedade, as saber: a longevidade, a educação e a renda per capita que somados e divididos, aquele que chegar mais próximo de um apresenta uma aplicabilidade maior das políticas públicas.

As políticas públicas, então, estão inseridas na sociedade através de alguns setores que são saúde, segurança, educação dentre outros, assim sendo pretende-se agora relatar sobre as políticas públicas no tocante à educação.

1.4. Políticas Públicas: Educação

As políticas educacionais são normas de condução para que se tenha uma eficaz aprendizagem por parte do aluno e que assegure aos profissionais que

possam viabilizar um clima favorável ao aprendizado. E, se tratando da sociedade brasileira esse tema destoa das transformações nas políticas e as práticas diárias que ocorrem no interior das instituições. Além de ser um tema que ainda no Brasil não foi muito discutido por meio de pesquisas acadêmicas:

A reflexão sobre tal abordagem é bastante útil no contexto brasileiro uma vez que o campo de pesquisa em políticas educacionais no Brasil é relativamente novo e “ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultantes da crise de paradigmas que afeta as ciências sociais e humanas na contemporaneidade...” (Azevedo & Aguiar, 1999, p. 43). Além disso, até o presente, poucos autores têm discutido ou buscado delinear referenciais analíticos mais específicos para a pesquisa de políticas públicas, sociais e educacionais (MAINARDES, 2006, p. 1)

Percebe-se uma preterição pela apreciação dessas políticas no campo de pesquisa. O que é lamentável, pois, pesquisas voltadas para as políticas públicas organizariam melhor o sistema educacional vigente, proporcionando uma melhor e mais aprofundada engrenagem na educação e, por conseguinte na sociedade em geral. As políticas públicas educacionais não estão soltas nas sociedades, estão inseridas nos diversos contextos e se relacionam com os problemas apresentados por essa sociedade.

Logo, essas políticas devem acompanhar as mudanças econômicas e sociais que comumente acontecem na sociedade, porém o que se percebe é que essas mudanças não se refletem na educação, passam incólume, para se ter uma ideia desde criados os cursos de licenciatura no país, lá pelos meados da década de 30 do século passado, não se percebeu grandes mudanças nesses cursos.

...O crescimento da investigação sobre a profissão docente nas universidades e instituições de pesquisa no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, o que tem possibilitado um debate fundamentado em análises empíricas e teóricas e, por conseguinte, uma discussão mais qualificada sobre o tema. Todavia, as licenciaturas, cursos que habilitam para o exercício dessa profissão no país, permanecem, desde sua origem na década de 1930, sem alterações significativas em seu modelo. (PEREIRA, 1999, p.110)

Com isso, percebe-se que quando houve alguma alteração, sem serem muito significativas, levando o modelo das políticas educacionais voltadas para a formação de docentes, se tornarem modelos ultrapassados, obsoletos em sua estrutura.

Uma das grandes possibilidades de mudança e renovação da política educacional voltada para a formação de docente foi a LDB lei 9394-96 (Lei de Diretrizes e Bases). Desde a sua elaboração essa lei trouxe discussões importantes

em seu interior, pois alguns acreditavam que fosse renovadora demais e outros que não se mudaria significativamente o cenário educacional brasileiro.

“Antes mesmo da aprovação dessa lei, o seu longo trânsito no Congresso Nacional suscitou discussões a respeito do novo modelo educacional para o Brasil e, mais especificamente, sobre os novos parâmetros para a formação de professores.” (PEREIRA, 1999, p. 110).

Percebe-se em seu texto final, portanto, uma visão heterogênea da educação:

Nela convivem termos e expressões que contêm ideias inconciliáveis, como, de um lado, “programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior”, “institutos superiores de educação”, “curso normal superior”, e, de outro, “profissionais da educação” e “base comum nacional”. (PEREIRA, 1999, p.110).

A LDB foi aprovada num cenário de transformação mundial, pois se percebia que os países desenvolvidos, através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional tinham a intenção de investir em melhoras na educação nos países em desenvolvimento, tudo para o fortalecimento de uma política hegemônica, onde se pretendia fortalecer a presença dos países ricos na economia dos países em expansão econômica. Uma das maneiras encontradas para isso foi o investimento na educação dessas nações. Porém esse cenário de investimentos, acabou por gerar outros problemas, como por exemplo, baixo investimento salarial, tornando essa profissão pouco atrativa para a maioria dos jovens, além de condições precárias para bem desenvolver seus trabalhos acompanhado de jornadas excessivas de trabalho, conforme explicitado abaixo.

Sabe-se que o desestímulo dos jovens à escolha do magistério como profissão futura e a desmotivação dos professores em exercício para buscar aprimoramento profissional são consequência, sobretudo, das más condições de trabalho, dos salários pouco atraentes, da jornada de trabalho excessiva e da inexistência de planos de carreira. (PEREIRA, 1999, p. 111).

As consequências dessa urgência no preparo de profissionais para educação gerou um público de futuros docentes não preparado para atuar frente às salas de aula, além de, possivelmente, algumas instituições de ensino que formam esses profissionais não estarem totalmente preparadas e regulamentadas para forma-los.

Essas políticas, no entanto, inspiram as necessidades econômicas e sociais, essas necessidades estão nas mais diversas áreas inclusive no âmbito educacional, como é o caso das políticas públicas inclusivas.

2 – POLÍTICAS INCLUSIVAS

2.1 – Educação e Educação Inclusiva na História

Desde os primórdios da humanidade o homem se prepara para cuidar da sociedade em que vive, de maneira a fazê-la prosperar, livre de guerra, de perseguições, com intuito de torna-la um bom lugar para se viver, criar sua prole, e ter uma vida feliz. Para que todo esse projeto se concretize é necessário que essa maneira de viver seja passado de geração em geração, isto é, que seja transmitido para que a geração seguinte. Para tanto, é necessário que a maneira como se ensina e o aprendizado sejam eficientes, por isso, há uma preocupação com a aprendizagem nas escolas.

No período primitivo o homem aprendia com uma educação doméstica, onde os responsáveis por torná-lo habilidoso para viver em sociedade era a própria família, ou o próprio clã, na medida em que aparecia crianças que apresentassem algum desenvolvimento diferenciado acabavam sendo deixados de lado, pois uma das maneiras de ensinar essas crianças era mediante a experiência *in locus* das atividades. Quando uma criança não correspondia ao que a tribo ou família esperavam, ela, muitas vezes era esquecida. Quem primeiro ensinava com primazia eram os chefes de famílias, posteriormente eram os sacerdotes.

A educação dos jovens, nesta fase, torna-se o instrumento central para a sobrevivência do grupo e a atividade fundamental para realizar a transmissão e o desenvolvimento da cultura. No filhote dos animais superiores já existe uma disposição para acolher esta transmissão, fixada biologicamente e marcada pelo jogo-imitação. Todos os filhotes brincam com os adultos e nessa relação se realiza um adestramento, se aprendem técnicas de defesa e de ataque, de controle do território, de ritualização dos instintos. Isso ocorre – e num nível enormemente mais complexo – também com o homem primitivo, que através da imitação, ensina ou aprende o uso das armas, a caça e a colheita, o uso da linguagem, o culto dos mortos, as técnicas de transformação e domínio do meio ambiente. (História da Educação, Pedagogia, 2015).

No período grego a educação era vista como algo de desenvolvimento de cada um, era individual, diferenciado, cada um desenvolvia-se a sua maneira. O aprendizado estava atrelado ao desenvolvimento da cidadania, cada ser desenvolvia

sua personalidade e, juntamente, sua cidadania. A cidadania se desenvolvia com ideias pautadas, principalmente a partir da liberdade política e moral.

Neste período as crianças viviam a primeira infância em família, assistidas pelas mulheres e submetidas à autoridade do pai, que poderia reconhecê-las ou abandoná-las, que escolhia seu papel social e era seu tutor legal. A infância não era valorizada em toda a cultura antiga: era uma idade de passagem, ameaçada por doenças, incerta nos seus sucessos; sobre ela, portanto, se fazia um mínimo investimento afetivo. A criança crescia em casa, controlada pelo “medo do pai”, atemorizada por figuras míticas semelhantes às bruxas, gratificada com brinquedos (bonecas) e entretida com jogos (bolas, aros, armas rudimentares), mas sempre era colocada à margem da vida social. Ou então, era submetida à violência, a estupro, a trabalho, até a sacrifícios rituais. O menino – em toda a Antiguidade e na Grécia também – era um “marginal” e como tal era violentado e explorado sob vários aspectos, mesmo se gradualmente – a partir dos sete anos, em geral – era inserido em instituições públicas e sociais que lhe concediam uma identidade e lhe indicavam uma função. A menina não recebia qualquer educação formal, mas aprendia os ofícios domésticos e os trabalhos manuais com a mãe. (História da Educação, Pedagogia, 2015).

No entanto, crianças com desenvolvimento diferenciado aparecem na história mais claramente e não são vistas com “bons olhos”, sendo deixadas de lado, na era do Império Romano, onde as crianças eram formadas por verdadeiras escolas militares e a educação dava ênfase a formação moral e física, pensando-se na formação integral ao guerreiro. Aqui já se vê nenhuma preocupação com crianças e desenvolvimento diferenciado, são deixadas à margem da sociedade, pois a sociedade não as absorve, elas fogem do que se espera do cidadão romano.

No período medieval o pensamento cristão está inserido em meio a sociedade, a Igreja determina a maneira de como se deve agir, pensar, fazer política e, evidentemente, a maneira como se deve realizar a educação. Quando diante de alguma criança com alguma síndrome ou outro tipo de problema, esta era vista como possuidora de espíritos ruins, ou até mesmo como castigo que a família havia cometido. Se a criança possuía alguma necessidade de aprendizagem diferenciado, era tratada como incapaz de aprender as coisas divinas e terrenas, e logo era deixada de lado. Faz mister lembrar que nem todas as crianças possuíam acesso à educação, somente a nobreza e o clero poderiam estudar e se formar, ou seja, o sistema cristão de educação já era por si só excludente. No caso do clero quando se aparecia alguém com dificuldades de desenvolvimento intelectual, essa pessoa era tratada como inferior e deveria cuidar de outros afazeres que não fossem os das letras. A escola tal qual conhecemos na contemporaneidade, na qual há um professor para vários alunos surge nesse período.

...a escola, como nós conhecemos, é um produto da Idade Média. A sua estrutura ligada à presença de um professor que ensina a muitos alunos de diversas procedências e que deve responder pela sua atividade à Igreja ou a outro poder (seja ele local ou não); as suas práticas ligadas à lectio e aos auctores, a discussão, ao exercício, ao comentário, à arguição etc.; as suas práticas disciplinares (prêmios e castigos) e avaliativas vêm daquela época e da organização dos estudos nas escolas monásticas e nas catedrais e, sobretudo nas universidades. Vêm de lá também alguns conteúdos culturais da escola moderna e até mesmo da contemporânea: o papel do latim; o ensino gramatical e retórico da língua; a imagem da filosofia, como lógica e metafísica. (História da Educação, Pedagogia, 2015).

Enfim, o período medieval deixou legados para a escola que se iria fortalecer nos períodos históricos posteriores. Na renascença, a educação grega e romana voltam a ser analisadas, pensou-se em buscar essas maneiras de educar para utilizá-las. O que prevalece, no entanto, é a elitização da educação, nem todos têm acesso aos modelos educacionais propostos, os “especiais” nem eram contemplados e não se tinha preocupação com seus ingressos na educação formal.

O período que se segue ao período da renascença é a modernidade. É o período em que a burguesia se consolida no poder e a nobreza e a Igreja começam a perder espaço. A criança com necessidades educacionais especiais também não era contemplada pelo sistema da época. Porém, os primeiros passos para isso começou ainda no século XVI:

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos. (MENDES, 2006, p. 387).

A contemporaneidade internacional e brasileira, com o crescimento dos movimentos sociais buscando modelos diferentes para se fazer uma inclusão cria-se o objetivo de “uma escola para todos” e, assim, começou-se ter outro olhar sobre as pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais (PNEE).

Esses movimentos chegam ao Brasil a partir da década de 70, com intuito de criar meios e leis para que ninguém fosse excluído nas escolas brasileiras.

2.2. A inclusão no Brasil

A história da educação inclusiva no Brasil não é muito diferente do que se tem apresentado no restante do mundo ocidental. Os denominados “anormais” durante os séculos XIX e parte do século XX, que necessitavam de uma educação

diferenciada, também, aqui, eram condenados a viver em asilos ou manicômios como forma de protegê-los ou proteger os demais de seus convívio, alegando que seria para um melhor desenvolvimento deles, mas que por trás estava um discurso de exclusão no qual os privava do convívio com seus familiares.

Paralelamente à evolução asilar, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados. (MENDES, 2006, p. 387)

Acredita-se que começou a pensar nos PNEE a partir do final da segunda guerra, pois fora necessário se criar clínicas de reabilitação para os diversos mutilados de guerra que estavam retornando ao convívio social. A partir de centros de reabilitação, da inserção destes na sociedade essa discussão se estendeu respingando nos parâmetros educacionais.

A luta por direitos humanos cria força nesse período, fazendo com que qualquer atitude que fosse contra a incluir as crianças na sociedade soassem como algo imoral:

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças. MENDES, 2006, p. 388).

Assim essa escalada de luta por direitos juntamente com os fundamentos de que a convivência e uma prática integradora gerariam grandes benefícios aos grupos que convivem com os *diferentes* ganha força. O grupo que não possui deficiências ganharia com o aprendizado de aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, promovendo-se atitude de aceitação de suas próprias limitações; já nas pessoas que possuem a deficiência, o ganho seria proporcionar-lhes participação em ambientes mais desafiadores, além de ter a oportunidade de aprender com alunos em ambientes mais realistas, gerando uma aprendizagem eficaz.

A ciência proporcionou à prática inclusiva com métodos de aprendizado a serem aplicados em pessoas que não eram, inclusive, consideradas educáveis. Houve consenso nas teorias de que os ambientes de exclusão não colaboravam para aprendizado e para a autonomia numa inserção social futura. Evidentemente

que as ações sociais de pais e profissionais, além dos próprios portadores de necessidades educativas especiais, exerceram pressão sobre o governo, essas ações tinham por objetivo garantir os direitos universais fundamentais evitando discriminações. Essa clara luta e junção de diversos valores na sociedade brasileira fez com que surgisse algumas leis que favorecem a inclusão na história social brasileira.

2.2.1 As leis inclusivas brasileiras

As leis brasileiras sobre a inclusão de alunos na rede pública de ensino são hoje bem evoluídas e têm o objetivo de proporcionar a criança e ao adolescente igual acesso a educação e que possam levar uma vida em sociedade com mais autonomia e liberdade. Assim sendo tem-se algumas leis que merecem destaque.

Já na Constituição Brasileira de 1988 aparece no artigo 208 sobre a educação algumas colocações sobre a educação inclusiva, conforme explicitado nesse inciso: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (CONSTITUIÇÃO – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Porém se percebe que esse atendimento especializado não está sendo realizado com valor até hoje, pois muitas crianças precisam e não o tem, tanto que muitas crianças que não são especiais, também não tem acesso a esse tipo de atendimento.

Em 1989 foi criada uma lei em que se pretendia integrar socialmente, inclusive na escola, as pessoas PNE, LEI Nº 7.853 - DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - DOU DE 25/10/89 – Alterada pela lei LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - DOU DE 7/07/2015. A lei nº7853 foi a primeira lei que realmente tornou crime as ações que levassem a não integralidade do PNE, no âmbito educacional ficou assim descrito:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (DATAPREV, 2015)

Nos trâmites da lei se percebe que a escola deverá está de portas abertas para receber o estudante que precise dela de maneira íntegra, para isso, se faz necessário que os profissionais estejam bem preparados, porém se percebe que justamente nesse âmbito as escolas públicas até hoje não possuem profissionais com este perfil. Em sua maioria alegam despreparo para lidar com todos os tipos de síndromes, transtornos e demais problemas de seus alunos.

Em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aparece com caráter universal para abranger todas as crianças e adolescentes, porém mesmo depois de tanto tempo, 25 anos atrás, percebe-se num país com dimensões continentais como o Brasil, crianças que não tem acesso básico à educação, à saúde e à segurança. Esse estatuto tem a intenção de acolher todas as crianças PNEE.

Em 1994 é assinado a Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, esse documento das Nações Unidas é considerado um dos mais importantes documentos sobre a inclusão do mundo, juntamente com a Convenção sobre os direitos da criança, essa convenção está inserida em uma tendência mundial em adotar a educação inclusiva.

O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394-96), também relata sobre a educação especial. E em 1999, foi criada ainda o decreto nº 3298, 1999, regulamentando a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Logo em seguida em 2001 aprova a lei 10.172 que dá origem ao Plano Nacional da Educação que estabelece 28 objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Ainda em 2001 é

criado as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, com o intuito de orientar os profissionais que lidam com a educação especial e com de como os alunos especiais devem ser recebidos e educados. Por fim neste mesmo ano há a Convenção da Guatemala ou Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadores de Deficiência, decreto nº 3956.

No ano seguinte foi promulgada outra lei a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº1/2002, que causou muita polêmica no âmbito das universidades que tiveram de se adaptar. Essa resolução define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, porém o que se vê até hoje são apenas algumas aulas de libras incluídas nos currículos. Com isso, promulgam a lei nº10.436/02 que reconhece a língua de sinais brasileira (LIBRAS) como meio de legal de comunicação e expressão, com essa lei os que fazem uso dessa linguagem sentiram-se mais a vontade para se comunicarem em público.

Em 2005 foi decretado a lei 5626/05 na qual dispunha sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de LIBRAS. Subsequentemente em 2008 foi realizado o decreto nº 6571 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, logo após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Essas leis e decretos serviram para tornar a legislação brasileira uma das mais avançadas no quesito inclusão, porém percebe-se que muito ainda falta para conscientizar da necessidade de se realizar a inclusão tanto na sociedade quanto na educação.

2.3 Os Alunos Com Necessidades Educativas Especiais

As síndromes e as doenças que assolam a criança tida como especial, são imbuídas de termos pejorativos e de modelos que levam ao preconceito. Um dos exemplos que se percebe tais fatos é o termo mongolismo, que caiu em desuso por refletir preconceito.

Esse termo – “mongolismo” – foi criado por John Langdon Down, ele acreditava que o mongolismo era um estágio da evolução humana e representava a fase de deterioração dos homens. Batizou esse problema fazendo alusão ao grupo étnico dos mongoloides devido algumas características que apresentam os possuidores da síndrome.

"Eles têm o rosto mais achatado e largo, as bochechas são redondas e a distância entre os olhos maior do que o normal. A língua é maior e a pele tem menos elasticidade, dando a impressão de ser mais larga do que o corpo", escreveu. (BBC – Brasil, 2015).

No Brasil, assim como em outras localidades no mundo, existem entidades governamentais e não governamentais (ONGs) com atendimento especializado no tratamento dessas crianças, no caso da Síndrome de Down a entidade mais comum é a APAE. A Associação de Pais e Amigos do Excepcionais foi criada na década de 50 “com o objetivo de buscar soluções alternativas para garantir a inclusão de pessoas com deficiência intelectual ou múltipla” (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 2015).

O século XX também cunhou o termo “defeituoso” e passou a denominar aqueles indivíduos que possuem alguma deformidade em seu corpo. No ano de 1950 foi criada a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente) que pretende dar uma qualidade de vida as crianças com deficiência física. O decreto de lei nº 60.501 usava o termo deficiente em se texto para se referir a pessoas sem valor devido a sua deficiência.

Em 1988 foi usado o termo portador de deficiência na Constituição para demonstrar que a deficiência era apenas uma característica de alguém e não a pessoa por inteiro. No início da década seguinte, começou a se usar o termo inclusão, para se dizer que é necessário incluir a pessoa por um todo, e não somente na escola, mas em todos os âmbitos sociais. Os termos integração ou inserção foram deixados de lado, pois davam a impressão de que a criança que deveria se adaptar à escola e não a escola à criança PNEE.

Outro termo é ao Transtorno de Desenvolvimento Global que veio substituir o termo autista, esse termo é usado hoje em pessoas que apresentam distúrbios nas interações sociais que se manifestam por padrões de comunicação estereotipados e repetitivos e estreitamento de interesses e atividades. Esse termo começou a ser usado no final da década de 90.

Todas essas especificidades das doenças, transtornos e síndromes acometem diversas crianças no Brasil hoje, sendo que o sistema educacional, devido a lei de inclusão deve acolhê-los proporcionando-lhes um sistema com qualidade de ensino. Assim sendo as diversas cidades e escolas tem sua maneira de colocar em prática a inclusão em seu Projeto Político Pedagógico.

3 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM PITANGUEIRAS

A política educacional inclusiva no município de Pitangueiras segue os moldes da política nacional em inclusão, ou seja, as escolas estão totalmente abertas a receber todo e qualquer tipo de alunos que necessitem de uma educação especial.

O Município de Pitangueiras com sete escolas municipais e três estaduais atendendo cerca de 4.000 crianças em idade escolar, oferecendo ensino público da educação básica, fundamental I e II e ensino médio. O número de alunos no ensino fundamental I e ensino básico são maiores do que no ensino fundamental II e médio, sendo o ensino médio contemplado por um número bem menor do que a média dos alunos nos ensinos básico e fundamental I.

As escolas do ensino público do município de Pitangueiras recebem todos os tipos de alunos para a educação comum e educação especial, sendo que o aluno de educação especial, dependendo o caso é encaminhando para a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade.

3.1. O caso APAE Pitangueiras

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Pitangueiras atende atualmente 37 crianças consideradas especiais. Geralmente são crianças que sofreram algum tipo de paralisia na primeira infância e precisam de cuidados mais elaborados para serem inseridas na sociedade. O que a APAE pretende é criar autonomia nas crianças para tornarem-se o mais independente possível tornando-as aptas a viver em sociedade.

APAE de Pitangueiras foi criada em fevereiro de 1983 pelo atual prefeito da época. O Intuito era criar um local onde as crianças excepcionais pudessem ser bem acolhidas e tratadas, além de ter um espaço propício para o desenvolvimento de cada uma.

Essa entidade atualmente depende de recursos da prefeitura, mas principalmente da ajuda da comunidade. As crianças que lá estudam não precisam

desembolsar valor financeiro, porém quando querem ajudar procuram a secretaria para fazer suas devidas doações, porém a maior parte de seus recursos vem de doações da própria comunidade que são em espécie ou em produtos. Atualmente são distribuídos panfletos em escolas, repartições públicas e lugares com grande movimento, como rodoviária para conseguir donativos. Os repasses públicos tem sido insuficientes para manter a instituição.

A instituição conta com um quadro grande de funcionários, desde fisioterapeuta, enfermeira, pedagogas, além de diretora, secretária, cozinheiras e faxineiras, porteiros e segurança. O transporte das crianças é realizado pela prefeitura municipal.

As refeições são realizadas na própria instituição. Algumas crianças frequentam meio período enquanto outras vão o dia todo. Algumas vão para ser atendidas pelas especialidades que a própria instituição oferece. Mas todas as crianças são cadastradas e catalogadas. Algo positivo que se sente no ar quando se chega nessa instituição é a alegria dos funcionários que acaba por proporcionar um ambiente em que todos se sentem bem e felizes, apesar dos inúmeros problemas que a instituição atravessa.

3.2 As escolas de Pitangueiras e os casos de Inclusão.

Pitangueiras, conforme já foi explicitado, conta com 7 escolas municipais e 3 escolas estaduais. Todas contêm casos de PNEE. Utilizou-se uma observação participante nessas escolas para perceber as formas como os alunos PNEE são acolhidos no município. Percebeu-se que as escolas, de uma maneira, contam com alunos que tenham Transtorno do Desenvolvimento Global (TDG), porém de grau mais leve, pois quando aparecem crianças em casos mais graves, os pais são orientados a matricular seus filhos na APAE. Percebeu, assim, que essas crianças constituem-se como um grande desafio para a educação. Já os casos de paralisia cerebral são mais incomuns de se encontrar na escolas públicas dessa cidade.

Na Escola Estadual Mauricio Montecchi, por exemplo, tem-se o caso do aluno ALEX. Menino do 8º ano do ensino fundamental, que estuda nesta escola, a qual tem o intuito de ser um espaço que acolhe todas as diferenças. Interage bem com os demais alunos nas brincadeiras e em algumas atividades em grupo, como por exemplo, durante a educação física. Esse aluno demonstra, por vezes, muito agitação, principalmente após o sinal de entrada e após o sinal do recreio. Todos na

sala ajudam para que ele possa aprender, porém se percebe que sua interação é limitada, pois não são todos os tipos de atividades que tem interesse em praticar.

A sala de aula, de maneira geral, o acolhe e dele também é cobrado essa mesma atitude. Quando realiza alguma coisa que desagrada à sala, todos, carinhosamente, o advertem. Às vezes, porém, os problemas aparecem, por isso que a presença a intervenção de um professor realmente inclusivo que medeia a relação dos alunos em sala de aula é imprescindível.

De forma geral quando se fala em inclusão pensa-se em assegurar na escola ao aluno o direito de se desenvolver intelectualmente, porém os profissionais da educação nem sempre se encontram preparados para realizar tal ofício, pois ainda focam-se na questão da sociabilidade. Por isso, pensam em primeiro socializar a criança e somente depois desenvolver suas habilidades intelectivas. Porém, na maioria das vezes, esse aluno permanece apenas se socializando e não é contemplado com estudos realizados em sala de aula como os dos demais alunos.

No caso do aluno Adriano, percebe-se que o mesmo conseguiu desenvolver habilidades de escrita e de desenhos, tanto que é comum encontrá-lo fazendo desenhos em aulas que não cobram tal habilidade. Percebe-se também que quando o aluno está em conjunto com outro, realiza algumas atividades, mas ao ficar sozinho em sua carteira se dispersa e provoca o mesmo efeito nos colegas.

A escola nunca esteve preparada totalmente para receber esses alunos, pois os recursos do governo não cobrem todos os gastos que seriam necessários para se investir nessa inclusão. No caso de acolhimento de Adriano seria importante que todos os docentes fizessem uma especialização para conseguir contemplá-lo com uma educação de qualidade, mesmo assim, foi notório na observação que a escola tem tentado realizar seu trabalho.

A equipe gestora sempre tenta resolver os casos com esses alunos o mais rápido possível. Uma das estratégias é inserir as crianças PNEE em salas com menor número de alunos, acreditando que ficará mais fácil a interação. E com isso tem-se percebido bons resultados; outro objetivo é não mudar esse aluno de sala de um ano para outro e, sim, mantê-lo com aqueles que o receberam naquela escola, e com isso, ir desenvolvendo tanto em Adriano como nos demais alunos da sala um respeito mútuo necessário para todos. .

Ainda na Escola Estadual Mauricio Montecchi se tem o caso do aluno Vinícios, esse aluno nasceu com os membros inferiores atrofiados, faz uso de

cadeiras de rodas para se locomover. Não possui problemas de aprendizagem, ou seja, seu desenvolvimento intelectual é compatível com os demais alunos da sala, assim, os únicos desafios para a escola ao recebê-lo foi quanto ao espaço físico para a passagem da cadeira com rodas.

A escola teve que passar por algumas mudanças em seu espaço para receber esse aluno. Mudanças pensadas e analisadas para melhor fazer um espaço inclusivo com acessibilidade, como, por exemplo, um banheiro unissex para os PNEE, além de uma rampa de acesso das salas exteriores para o pátio e para o banheiro.

Percebe-se uma boa interação entre esse aluno e os demais de sua sala e de sua escola, ele também consegue acompanhar o conteúdo ministrado. O aluno se destaca em algumas disciplinas, no geral, nas humanas, pois escreve muito bem.

Nas outras escolas do município há outros casos com tentativas de inclusão. A Escola Estadual Maria Falconi de Felício possui uma professora cadeirante que ministra aulas de Educação Física, essa professora tem se demonstrado bem confiante e feliz desde quando assumiu seu cargo. É comum encontrá-la pelo corredor sendo transportada pelos seus alunos até a outra sala e seu convívio com os demais professores parece ser sereno. Essa escola que a recebeu está passando por mudanças. Está construindo um elevador, pois dispõe de um andar superior, além de rampas, para que ela possa ter acesso às demais dependências do ambiente escolar.

Porém, existem outras escolas estaduais da cidade que têm muitas dificuldades nos processos de inclusão. A Escola Estadual Orminda Guimarães Cotrim também possui casos de professores e alunos com locomoção reduzida, mas as instalações não são dignas para essas pessoas.

Segundo a vice-diretora, a escola, nos últimos 30 anos, passou por algumas reformas que se iniciaram bem, mas não foram concluídas, tanto que não se tem dependências sanitárias adequadas para cadeirantes. Uma preocupação é quanto aos novos alunos que ingressarão em 2016, pois possui alunos cadeirantes matriculados, mas as instalações não são adequadas para recebê-los. Já foi feito um dossiê e enviado para a Diretoria de Ensino e um e-mail enviado para o gabinete do governador em São Paulo. Tanto um quanto o outro não se pronunciaram efetivamente com soluções até o momento. A única resposta que se obteve foi de que o Estado está em recessão, ou seja, cortando gastos. Assim, essa atitude

provoca a pergunta: enquanto se gasta recursos com coisas fúteis e, efetivamente, não necessárias para a população, como fica a questão de uma melhor educação de nossas crianças PNEE que deveria ser prioridade? Será relegada até quando? Esses e outros questionamentos acabam demonstrando que a efetividade das políticas públicas para os PNEE acontece somente no papel e no suor diário da luta de várias pessoas que tentam proporcionar uma educação efetiva e de qualidade.

CONCLUSÃO

Esse trabalho consistiu-se em realizar uma análise histórica da educação desde os seus primórdios até chegar à implantação das políticas públicas educacionais que têm o objetivo de incluir os Portadores de Necessidades Educativas Especiais no município de Pitangueiras.

Percebeu-se que as políticas de inclusão no Brasil são avançadíssimas, pois têm caráter universal quanto à maneira que as instituições devem-se comportar para que recebam, com qualidade, todos que a procurarem. Porém, percebe-se que a aplicabilidade da lei ainda não é uma realidade. Não se tem quem, de fato, observe e cobre para que essa lei seja válida. Percebemos que muitas vezes as instituições não possuem espaço físico e pessoal capacitado para receber os PNEE como realmente merecem.

No caso da educação, o despreparo de seus profissionais mostra-se quanto à maneira de se trabalhar para que o aluno sinta-se acolhido. Isto é tão evidente que o próprio professor assumi seu despreparo. Por exemplo, na pesquisa de campo, uma gestora acabou revelando que o papel da escola era realmente só a socialização e não o desenvolvimento global da criança.

Quando o despreparo do professor é superado têm-se os casos dos alunos com mobilidade reduzida, a falta de estrutura dos prédios públicos e das escolas, que não possuem, em sua maioria, nem rampas ou elevadores e até mesmo banheiros propícios para os PNEE para que possam ter autonomia.

Esses casos acabam por demonstrar que a política pública destoa de sua aplicabilidade, ou seja, da execução da lei, tornando a realidade brasileira, em alguns estados, tão precária em incluir quanto os países as que não possuem lei de inclusão. Essas leis precisam, urgentemente, serem recolocadas em pautas para que os estados da federação possam ser penalizados, caso demonstrem descaso ou negligência em viabilizar a inclusão escolar. Punições relativas à restrição cadastral para obterem novos recursos junto ao governo federal e outros fornecedores de créditos como os bancos públicos seriam uma boa medida.

Isto ainda não acontece em nosso país. É como se a inclusão pudesse esperar mais algumas décadas, mas sabemos que não. Portanto, é preciso que a lei torne-se real com a aplicabilidade de recursos e dos meios necessários para que os docentes deixem o discurso da falta de preparo e lutem para que a inclusão seja uma realidade escolar. Como vimos, na história da inclusão foram os movimentos sociais em prol dos direitos humanos, em âmbitos nacional e internacional, que modificaram as concepções sobre as práticas sociais inclusivas. Desse modo, isto sinaliza a importância da luta da sociedade civil e organizada para que possam cobrar dos políticos um compromisso ético e diário junto aos PNEE.

REFERÊNCIAS

APAE Brasil. Federação Nacional das APAES. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>> – Federação Nacional das APAES. Acesso em 21 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 e outubro de 1989. DOU de 25/10/1989- Alterada. Dataprev. República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1989/7853.htm>>. Acesso em 21/10/2015.

CARRIJO, M. C. F. O. B. Educação Infantil e Políticas Públicas: histórias, vazios e desafios. Publicação de artigos científicos. **Revista da Faculdade de Educação**, jul/dez. 2008. Disponível em: <http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_10/artigo_10/85_104.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

Constituição – Presidência da República
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2015.

CUNHA, Paulo Ferreira da. Aristóteles – Filosofia do homem: Ética e Política. Disponível em: < <http://hottopos.com/rih8/pfc.htm>.> Acesso em 21 out.2015.

GIDDENS, Anthony. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. Publicação de artigos científicos. **Cad. CRHL**, jul/dez. 1994. Disponível em: < <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=314>> Acesso em: 16 nov.2015.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Publicação de artigos científicos. **Cadernos Cedes**, nov. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LIMA Júnior & SANTOS, 1976; DUTRA, 1993; RICO, 1999; FREY, 2000; SOUZA, 2003 apud MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em 21 out. 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em 22 out. 2015.

NUNES, Ruy Afonso da Costa, Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII. Cf. especialmente o cap. IV da Primeira Parte, pág.88. Disponível em: < <http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine->

data,_Costa_Nunes._da._Ruy_Afonso,_Historia_Da_Educacao_Na_Idade_Media,_PT.pdf>. Acesso em 21 out. 2015.

PEREIRA, J. D. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>>. Acesso em 21 out. 2015.

PIMENTEL, Laís Mendes. Descoberta de Lejeune inaugurou uso de genética na medicina. Revista Eletrônica BBC Brasil. Brasília, Ago. 2005. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/08/printable/000000_downlejeu_nelmp.shtml>. Acesso em 21 out. 2015.

SIGNIFICADOS. Significado do Ato Político. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/ato-politico/>>. Acesso em 21 out. 2015.

SILVA, C. V. M. e FRANCISCHINI, R. O Surgimento da Educação Infantil na História das Políticas Públicas para a Criança no Brasil. Publicação de artigos científicos. **Práxis Educacional**, jan/jun 2012. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=414674>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SÓ PEDAGOGIA. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/historia/primitivo.php>>. Acesso em 21 out. 2015

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Publicação de artigos científicos. **Sociologia**, jul/ago 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 22 out. 2015.